

O REFÚGIO COMO TEMA HUMANITÁRIO OU ECONÔMICO: SENTIDOS EM INTERDELIMITAÇÃO NA MÍDIA

Bruno Deusdará¹

Nathália Figueiredo²

Resumo: Este artigo propõe uma investigação sobre como são construídos os sentidos sobre o refúgio pela grande mídia. Para que isso seja feito, utilizaremos notícias publicadas em portal online como material de análise e o subsídio teórico da análise do discurso de base enunciativo-pragmática, mobilizando conceitos como o princípio do dialogismo (BAKHTIN, 2011[1979]) e do primado do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2005[1983]).

Palavras-chave: refúgio; mídia; interdiscurso.

REFUGEE AS A HUMANITARIAN OR ECONOMIC TOPIC: MEANINGS IN INTERDELIMITATION IN THE MEDIA

This article investigates how the meanings of refuge are constructed by the mainstream media. We will use news published on the online portal as analysis material and the theoretical support for the analysis of the enunciativo-pragmatic basis, mobilizing concepts such as the principle of dialogism (BAKHTIN, 2011 [1979]) and the primacy of interdiscourse (MAINGUENEAU, 2005 [1983]).

Keywords: refuge; media; interdiscourse.

“A chegada de refugiados no Brasil tem estampado manchetes devido às tensões”: considerações iniciais

No título deste item, realizamos uma livre apropriação da primeira frase de uma das duas notícias a serem analisadas neste texto, explicitando a tensão em foco e já indicando o tipo de material a ser investigado. Com efeito, a frase original se referia especificamente a um grupo: “A chegada de venezuelanos no Brasil tem estampado manchetes devido às tensões entre moradores de Pacaraima (RR) e os estrangeiros”. Nela, o evento narrado remete a um

¹ Doutor em Psicologia Social (UERJ). Professor Associado do Departamento de Estudos da Linguagem, do Programa de Pós-graduação em Letras (Instituto de Letras/UERJ) e do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (FFP/UERJ). Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Bolsista Prociência (UERJ/FAPERJ.), RJ, Brasil. E-mail: brunodeusdara@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0429-8580>

² Bolsista FAPERJ, UERJ, RJ, Brasil. E-mail: nathaliafigueiredo22@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1580-9358>

conjunto de outros textos midiáticos pretensamente sintetizando aqueles cujas manchetes “estampam” a sua “chegada”. Constrói-se ainda uma relação de causalidade a essa prática jornalística, referindo às “tensões entre moradores de Pacaraima (RR) e os estrangeiros”. Observando a dimensão paradoxal dos enunciados, ao noticiar aquilo que lhe é anterior, a matéria contribui inevitavelmente para conferir atualidade à tensão mencionada. Dito de outro modo, um texto não apenas se refere a algo que existiria previamente a ele, mas acaba simultaneamente por lhe dar atualidade, possibilitar a produção de novos textos, estimular a circulação de certos sentidos, em detrimento de outros.

No breve quadro delimitado no parágrafo anterior, reunimos as linhas de força que compõem o projeto deste artigo. A primeira delas se vincula ao forte interesse pela temática do refúgio e o modo como se configura o debate público a esse respeito da necessária e urgente integração dessa população, no Brasil. Se, em momento anterior a 2018, a imprensa nacional negligenciava a existência nada desprezível do fluxo de refugiados, a partir daquele ano, o ingresso de venezuelanos e o desafio que se impôs tanto ao governo de Roraima, quanto ao governo federal, passou a integrar mais frequentemente a pauta jornalística da grande imprensa.

A segunda linha de força remete à nossa opção pelo quadro teórico da análise do discurso, de base pragmático-enunciativa, cujos princípios partem das formulações dos trabalhos de D. Maingueneau e do modo como o autor atualiza, para o campo dos estudos do discurso, as contribuições de M. Bakhtin. A partir de tais reflexões, considera-se a produção de sentido como um processo constante de embates sócio-históricos que se materializam na textualidade dos discursos.

A terceira linha de força propõe observar o papel do discurso midiático na construção dos sentidos e na conformação dos cenários de embate que refletem e atravessam o debate público. Desse modo, em consonância com o referencial teórico adotado, consideramos que a mídia não apenas reflete e noticia um evento exterior, mas, ao fazê-lo, contribui para a construção do cenário no qual os embates ocorrem, conferindo-lhes legitimidade ou tensionando seus limites, favorecendo alinhamentos, oposições, entre outras formas de posicionamentos. A partir dessas considerações, selecionamos duas notícias que ocorreram em datas próximas, fornecendo pistas acerca de debates que caracterizavam o momento em que as notícias sobre a intensificação do fluxo de venezuelanos passava a integrar a pauta da grande mídia.

2. “Crises do tipo se repetem em diversas fronteiras”: a questão do refúgio na atualidade

No presente artigo, investigamos a construção de sentidos em torno do refúgio, observando o funcionamento do discurso midiático, de grande circulação. Para tanto, utilizaremos como material de análise duas notícias disponíveis na internet, no portal G1. Essas publicações foram selecionadas considerando o seu amplo alcance ao público, isto é, seu grande número de acessos, assim como também o período da publicação, que está inserido no contexto da crescente busca de refúgio no território brasileiro, flagrando essa transição momento particular.

O interesse pela referida investigação se justifica por considerar que, ao lado dos compromissos firmados pelo governo brasileiro em fóruns internacionais e da produção de uma legislação interna que assegure condições específicas ao acolhimento a refugiados, a análise dos sentidos em circulação permite acessar a complexidade com que tal questão atravessa o cotidiano da integração local. A esse respeito, Deusdará e Arantes (2019), analisando os sentidos atribuídos aos desafios e impasses, constata a secundarização do lugar conferido aos encontros cotidianos e às trocas verbais em documentos oficiais. De acordo com os autores, essa secundarização contribui com efeitos de silenciamento de “tensões, impasses, desafios experimentados pelos refugiados nos circuitos comunitários nos quais se inscreve: mobilidade urbana, acesso a serviços de educação e saúde, acesso aos bens culturais disponíveis na cidade” (DEUSDARÁ; ARANTES, 2019, p. 71).

Com efeito, não é desprezível o fato de o fenômeno do refúgio se caracterizar por um fluxo que só tem se ampliado, desde sua formalização pela Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, das Nações Unidas, de 1951³. A Convenção de 1951, convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU), designou o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR) como órgão responsável por promover instrumentos para a proteção dos refugiados e supervisionar sua aplicação em qualquer outro país. Encontram-se em situação de deslocamento forçado, no mundo, mais de 70 milhões de pessoas, de acordo com o ACNUR (Alto Comissariado da ONU para os Refugiados). Atualmente, mais de 25,9 milhões de pessoas tiveram seu estatuto de refugiado reconhecido, no mundo.

Em termos legais, no Brasil, a Lei 9.747/ 1997 determina a condição do refúgio no país. A referida legislação, em seu artigo 1º, define o refugiado como todo indivíduo que:

³ Para acesso ao texto integral, ver em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997)

São inúmeros os motivos que determinam a causa do atual fluxo migratório de refugiados no Brasil, entre eles estão: vítimas de perseguições, violência, violação dos direitos humanos e conflitos étnicos e religiosos. Os refugiados, oriundos de diversas nacionalidades, se encontram em alta situação de vulnerabilidade e em razão de motivos muito fortes, deixam seu país e sua família para buscar refúgio em outros territórios, almejando a reconstrução de suas vidas por meio do acionamento da proteção internacional.

No período de 2011 a 2018, o número de solicitações de refúgio, no Brasil, passou de 3.538 a 80.057, evidenciando que, mesmo não estando entre os principais destinos escolhidos, a situação merece atenção e enseja formulação de políticas públicas capazes de lidar com a complexidade da questão. Apenas para se ter uma ideia da importância e da gravidade da situação, no país, até dezembro de 2018, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a população de solicitantes que passaram a sua condição de refugiado reconhecida é de pouco mais de 11 mil pessoas. Entre essas, a maioria está na faixa etária entre 18 e 59 anos, as mulheres representam 34% e os homens 66% desse número. Além disso, diversas nacionalidades integram essa busca, países como Síria, República Democrática do Congo e Colômbia estão entre os três primeiras. Esse grupo representa 6,9% do total das 161.057 solicitações, de acordo com os dados da Polícia Federal⁴.

Esses dados demonstram um caráter plural dentro da própria condição do refugiado, uma população que tem um fator em comum, mas que apresenta inúmeras especificidades, como a nacionalidade, idade, graus de instrução e participação em determinados círculos sociais. Nesse sentido, vemos como o Brasil é um país acolhedor de diversas nacionalidades e que várias realidades perpassam esse processo, sendo necessária a adoção e implementação de políticas de integração. Não basta apenas acolher, é importante que sejam desenvolvidas

⁴ O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem produzido um relatório consolidado, por meio do qual é possível ter acesso ao conjunto de dados fornecidos: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros/>

ações efetivas que visem incluir, de fato, esse grupo já muito prejudicado pelo próprio processo de deslocamento forçado no qual são submetidos.

Parece-nos, desse modo, instigante a formulação do filósofo italiano G. Agamben acerca da relação entre o aumento do número de refugiados e o modo como essa situação pode interrogar a organização política dos estados nacionais:

Se os refugiados (cujo número nunca parou de crescer no nosso século [século XX], até incluir hoje uma porção não desprezível da humanidade) representam, no ordenamento do Estado - nação moderno, um elemento tão inquietante, é antes de tudo porque, rompendo a continuidade entre homem e cidadão, entre nascimento e nacionalidade, eles põem em crise a ficção originária da soberania moderna (AGAMBEN, 2007, p. 138).

Como se vê, na visão do autor, o crescimento ininterrupto do fluxo de refugiados no mundo parece permitir um debate acerca da própria constituição das fronteiras dos estados nacionais e o modo de distribuição das oposições entre “nacionais” e “estrangeiros”, desarranjando as dicotomias que a fundam.

Em consonância com a lógica proposta, Deusdará, Arantes e Brenner sugerem considerar que a integração dos refugiados nos equipamentos e programas sociais denuncia a fragilidade não apenas daquele grupo como um “outro” de “nós”, mas da intensa luta pela cidadania, solidariedade e justiça:

A inclusão dos refugiados e solicitantes de refúgio, em programas, projetos, ações públicas, nos faz reconhecer a rede de proteção social que foi conquistada nas últimas décadas no país e também reconhecer as ainda persistentes fragilidades dos diversos sistemas (de saúde, educação, assistência social, por exemplo) que precisam ser superadas. A ação de inclusão demanda atenção a princípios que passam pelo direito à saúde, à universalidade do acesso aos bens de saúde e educação, à equidade das ofertas desses bens, à integralidade do sistema de cuidado e à participação cidadã, à solidariedade, à cooperação, à justiça e à não discriminação (DEUSDARÁ; ARANTES; BRENNER, 2018, p. 3230).

3. “as tensões são latentes”: indissociabilidade entre enunciado e contexto

Neste item, apresentamos eixos teóricos relevantes que caracterizam a perspectiva discursiva adotada. No subtítulo, nos apropriamos de um trecho da primeira notícia a ser analisada, em que a menção às tensões se inscreve numa estrutura concessiva, cuja íntegra é a seguinte: “Mas, embora as tensões sejam latentes, a imigração pode representar oportunidade dedesenvolvimento aos países que a recebem”. Essa reformulação nos serve aqui para

confirmar uma premissa fundante do campo dos estudos do discurso: não há um sentido prévio, estável e consensual anterior à sua apropriação social. Nesses termos, as tensões são constitutivas e não eventuais.

Em Deusdará e Rocha (2018), já foi possível destacar a diversidade de abordagens que reivindicam o rótulo das análises do discurso, desafiando os pesquisadores a explicitarem pressupostos teóricos e articulações com saberes oriundos de outros campos do saber. Para investigação dos processos de construção de sentidos, elegemos como quadro teórico a Análise do Discurso de base enunciativo-pragmática, cujas referências se articulam com base no princípio do dialogismo (BAKHTIN, 2011[1979]) e do primado do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2005[1983]).

Para Bakhtin, um enunciado pode ser compreendido menos por uma observação de sua estrutura interna do que pela reconstituição da relação estabelecida com outros enunciados. Essas relações, segundo o autor, definem um posicionamento do enunciado em relação ao conjunto de outros enunciados, funcionando como uma aliança, uma contraposição ou uma aparente neutralidade. Assumindo a relevância das considerações de Bakhtin, D. Maingueneau ressalta que, diferente do que permitiu observar pelas formulações iniciais da noção de intertexto, a reflexão acerca do dialogismo possibilita reafirmar que não haveria primeiro um discurso que posteriormente se prestaria a vinculações com outros discursos. A formulação de Bakhtin parece inverter essa relação, assumindo que os textos não deixariam sempre de remeter a textos anteriores, ao mesmo tempo que também conferem contornos possíveis às respostas futuras. Tal anterioridade das relações de remissão e de antecipação é concebida por Maingueneau (2005[1983]) como um primado do interdiscurso.

Considerando a motivação explicitada a respeito da situação do refúgio e da necessidade de investigar a construção de sentidos acerca de sua inserção local e os princípios teóricos indicados, analisaremos, neste artigo, notícias que possibilitarão observar a tensão entre vozes que permitem acessar os embates que configuram a cena enunciativa do acolhimento.

Considerando o tipo de questão abordada e o material submetido à investigação no presente texto, parece-nos fundamental explorar de que modo a perspectiva adotada permite considerar a interface enunciado e contexto.

Em primeiro momento, destacamos a linguagem enquanto produção social, isso significa dizer que os enunciados analisados não se iniciam com um sujeito individual. Ao contrário, estão ancorados em um conjunto de outros textos e o contexto desempenha um papel fundamental na produção dos efeitos de sentido desses enunciados. Isso porque um

mesmo enunciado pode ter diferentes sentidos, dependendo de seu contexto de produção. Em relação a essa concepção, Maingueneau (2015) destaca que:

A reflexão contemporânea sobre a linguagem afastou-se dessa concepção da interpretação dos enunciados: o contexto não se encontra simplesmente ao redor de um enunciado que conteria um sentido parcialmente indeterminado que o destinatário precisaria apenas especificar. (MAINGUENEAU, 2013, p.22)

Embora durante algum tempo tenha sido considerado que o sentido poderia estar inscrito no enunciado, na contemporaneidade, os estudos na área da linguagem demonstram uma mudança em relação a esse pensamento. Essa mudança atribui uma visão muito mais ativa aos sujeitos envolvidos nos atos de comunicação, que não apenas leem e decodificam, mas que são capazes de compartilhar os sentidos ali existentes.

No entanto, isso não significa que todos os sentidos são compartilhados em sua totalidade, visto que ele é um resultado das condições de produção. Em relação a isso, Maingueneau (2015) destaca que todo ato de enunciação é assimétrico, ou seja:

Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. (MAINGUENEAU, 2013, p.22)

Dessa maneira, devemos considerar que a concepção defendida pelo autor se afasta do processo simétrico da linguagem, sistematizado em modelos informacionais, na medida em que este considera como fundamentais apenas dois elementos, o locutor e o destinatário. Assim, consideramos que não há um sujeito responsável pelos atos de fala e um outro que seria responsável pela recepção dessas informações. A partir do enunciado, podemos identificar diferentes posições assumidas pelo sujeito, dessa forma, nos atos de enunciação os coenunciadores estão em constante disputa de sentidos.

Nos enunciados que serão analisados, veremos como essa disputa está muito presente e contribui para a construção de determinadas sentidos em torno do refúgio, reforçando, muitas vezes, a perpetuação de estereótipos ligados à imagem do refugiado. Segundo Maingueneau, “falar é uma ação sobre o outro, e não apenas uma representação do mundo” (2015, p. 25). Nesse sentido, entendemos que os discursos não precedem o mundo, na medida em que não expõem apenas situações já concretizadas. Ao contrário, os discursos têm

implicações sobre o outro. Dessa maneira, veremos como os discursos midiáticos criam caminhos para desdobramentos na recepção e integração de refugiados em solo brasileiro.

6. “Como países como o Brasil podem se beneficiar da vinda de refugiados”: os efeitos de sentidos envolvidos em notícia de jornal

Neste item, apresentamos as análises produzidas a partir da investigação de duas notícias, privilegiando o modo como põem em cena das vozes autorizadas e contribuem para a construção do espaço enunciativa a partir do qual é possível tematizar a questão do refúgio. Já dissemos acima que o critério para a seleção das notícias remete ao período em que se observa uma alteração do interesse da mídia brasileira pela questão do refúgio, discutindo os desafios e as tensões vividas no território nacional. Outro aspecto relevante para a seleção se dirige ao fato de os textos produzirem focos temáticos por meio dos quais se observa uma mesclagem do debate sobre o refúgio com questões da política institucional e da pauta econômica.

Na primeira notícia, o título “Como países como o Brasil podem se beneficiar da vinda de refugiados”⁵ recupera inúmeros sentidos, considerando o contexto atual em que vivemos. Podemos notar, já no título da primeira matéria analisada, elementos linguístico-discursivos que permitem explicitar a presença de outras vozes no discurso. Segundo Maingueneau “Quando um locutor fala, ele não se contenta em expressar suas próprias opiniões; ao contrário, ele faz ouvir diversas outras vozes, mais ou menos claramente identificadas, em relação às quais ele se situa” (MAINGUENEAU, 2013, p.163). Sabemos que durante os atos de enunciação, os sujeitos estão em constante troca e partilha de sentidos, logo, não existe um sentido imutável nos enunciados, eles são construídos a partir do contexto.

Retomamos essas concepções, pois consideramos que essa é a base essencial para a análise da matéria em destaque. Com título “Como países como o Brasil podem se beneficiar da vinda de refugiados”, sugere-se que talvez alguns países, entre eles o Brasil, não estejam se beneficiando da “vinda de refugiados”. Esse pressuposto de negação está inscrito no enunciado e podemos recuperá-lo por meio da análise de algumas marcas linguísticas. A forma verbal “podem” indica uma possibilidade futura, de algo que não ocorre no presente, mas que pode vir a acontecer no futuro. Já o elemento “como” em “como países como o

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/02/como-paises-como-o-brasil-podem-se-beneficiar-da-vinda-de-refugiados.ghtml>

Brasil”, introduz uma exemplificação, sugerindo que tanto o Brasil quanto outros países não estejam atentos a um tipo de ganho, reforçando um sentido direcionado à visão econômica.

Outro aspecto que merece destaque é o lide da matéria “Especialistas refletem sobre políticas e comentam exemplos que deram certo. Estudos econômicos apontam que saldo das migrações é positivo no longo prazo”, cabe aqui ressaltar dois aspectos fundamentais para análise: o primeiro diz respeito ao uso do discurso relatado, ou seja, marcas de apresentação da voz do outro no texto e o segundo aspecto está ligado ao levantamento das “vozes autorizadas” a tratar do assunto na matéria em evidência.

Segundo Maingueneau, “toda forma de discurso relatado constitui uma enunciação sobre outra enunciação; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos: uma enunciação citante e uma enunciação citada”(2013, p.179). Ou seja, o discurso relatado apresenta vozes de outros sujeitos no texto, de maneira que o enunciador insere, por meio dos chamados “modalizadores”, discursos que podem tanto defender seu posicionamento, como refutá-lo, dialogando com a temática discutida.

No lide da matéria destacada, podemos verificar a introdução das vozes de outros sujeitos a partir do levantamento dos verbos *dicendi* – introdutores de ato de fala, como por exemplo, os verbos “refletem”, “comentam” e “apontam”. Esses verbos introduzem a fala de outros sujeitos, nesse caso, “especialistas” e “estudos econômicos”, cabe ressaltar que a partir do uso desse recurso no texto, nota-se que não é mais o jornalista que fala sobre a temática explicitamente, ao contrário, ele mobiliza as vozes de outros sujeitos para abordar a sua temática de interesse.

Ao inserir, já no subtítulo da sua matéria, as vozes de especialistas e estudos econômicos para apoiar seu discurso, o jornalista se vale do efeito de sentido que se cria, de um discurso de autoridade. O leitor, já no início do texto, tem a impressão de que aquele texto é digno de credibilidade, pois está ancorado em vozes que tem propriedade para tratar do assunto. A introdução dessas vozes, então, confere ao texto jornalístico uma maior credibilidade. Apresentamos abaixo um levantamento em que relacionamos as vozes que são mobilizadas no discurso e os verbos *dicendi* que introduzem cada uma delas no texto.

Marca linguística	Vozes reportadas
“refletem”	“especialistas”
“comentam”	“especialistas”
“apontam”	“estudos econômicos”

Tabela 1: Relação entre marca linguística e vozes reportadas na notícia 1

A partir do quadro apresentado, podemos ter acesso às vozes mobilizadas no discurso jornalístico, assim como também aos verbos que introduzem suas falas. Além disso, considerando a análise das marcas linguísticas destacadas, nota-se que todas elas remetem a um sentido que está diretamente ligado a uma ideia de certeza, fato que contribui para um caráter de veracidade ao texto. Dessa forma, o leitor, a partir dessas marcas e de seu conhecimento de mundo pode considerar o texto como digno de credibilidade.

Considerando esse enfoque dado pelo texto, delimitamos o interesse pela primeira parte da matéria, na qual justamente se introduz essa interface entre refúgio e a questão econômica. Um primeiro dado relevante do levantamento das vozes em relato que produzimos do trecho em questão se refere ao fato de não adotarem, na maior parte das ocorrências, as formas canônicas com verbos *dicendi*, mas se ampliando para outras marcas linguísticas.

Marca linguística	Tipo de relato	Vozes reportadas
“é descrita por”	Discurso indireto	Moradores
“a sensação de insegurança aumenta e os serviços públicos ficam ainda mais sobrecarregados”	Discurso indireto livre	[moradores]
“autorizou [o envio das Forças Armadas]”	Discurso indireto	o presidente Michel Temer
“De acordo com”	Modalização em discurso segundo	estudos e especialistas ouvidos pela BBC News Brasil
“aponta levantamento”	Modalização em discurso segundo	consultoriaMcKinsey
“apontam dados”	Modalização em discurso segundo	OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
“Outro estudo vai na mesma linha”	Modalização em discurso segundo	professorHyppolyte d’Albis, da Paris SchoolofEconomics
“explica”	Modalização em discurso segundo	a pesquisadora Cindy Huang, da organização Center for Global Development (CGD)
Diz	Discurso direto	[a pesquisadora]
aspas	Discurso direto	[a pesquisadora]

Tabela 2: Relação entre marca linguística, tipo de relato e vozes reportadas na notícia 1

Nesse quadro, é possível perceber os tipos de relatos que são mobilizados: o discurso indireto; discurso indireto livre; modalização em discurso segundo e o discurso direto. Em relação a este último, Maingueneau destaca que “como a situação de enunciação citada é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado.” (MAINGUENEAU, 2013, p. 182). Embora exista uma ideia de que as palavras citadas são aquelas que realmente foram ditas, o autor explicita que existe uma reconstrução da enunciação e que tal ordenação propõe conferir autenticidade ao texto, demonstrando adesão do sujeito ao que é dito.

Em relação às ocorrências de discurso indireto, percebemos que este recurso se diferencia do anterior, pois neste não há a reprodução da voz do outro, mas sim uma ideia dela. Sobre o discurso indireto livre, Maingueneau pontua que:

A polifonia do DIL não é a de duas vozes claramente distintas (DD), nem a observação de uma voz pela outra (DI), mas uma mistura perfeita de duas vozes: em um fragmento no DIL, não se pode dizer exatamente que palavras pertencem ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador citante. (MAINGUENEAU, 2013, p. 195)

Com isso, percebemos que o discurso midiático utiliza certos recursos para que seja atribuída legitimidade aos seus enunciados. Isso pode ser observado por meio das marcas linguísticas levantadas e das vozes reportadas no texto. Essas vozes estabelecem uma relação de implicação com a situação, o que confere autoridade às suas falas. Dessa maneira, notamos como o discurso midiático é capaz de influenciar a formação de opinião, na medida em que constrói sentidos de acordo com a ótica que defende. Como se vê, as vozes dos moradores são aquelas que se encontram menos marcadas, chegando a serem utilizadas em discurso indireto livre, construindo-se para a sua enunciação uma cena de “voz corrente”, apreensível no senso comum, como um dado de realidade. Tal modo de constituição parece apontar para um grau mínimo de polêmica, sugerindo que “os” moradores, uma categoria genérica e excessivamente abrangente, pensassem do mesmo modo (preconceituoso). O debate é introduzido pela voz de “especialistas” na economia. Esses relatos são introduzidos em trechos mais marcados. O que se cria é a ideia de que então haveria um traço de opinião mais explícita. No entanto, a própria seleção dos “especialistas” já parece demonstrar um grau igualmente mínimo de divergência, criando a ilusão de que “extrair ganho econômico” da presença de refugiados remetesse a um consenso no pensamento econômico.

O segundo texto jornalístico que destacamos nesta pesquisa intitulado “Quase metade dos deputados eleitos se diz contra novas medidas para restringir entrada de refugiados”⁶ diz respeito a uma pesquisa realizada pelo G1 com deputados federais, sobre seus posicionamentos acerca de políticas para criação de regras que visem restringir a entrada de refugiados no país. O levantamento aponta que dos 513 entrevistados, 410 responderam ao questionário, sendo 224 contra novas medidas, 152 a favor de novas medidas e 36 não quiseram responder. Além disso, cabe ressaltar que dos 513 integrantes da pesquisa, somente 410 são contabilizados, já que 101 não demonstraram qualquer posicionamento.

Os dados são, na realidade, construídos de forma a destacar que a maioria dos deputados é contra novas medidas para restringir a entrada de refugiados no país, porém se pararmos para analisar minuciosamente, não podemos constatar esse resultado. Isso ocorre porque 101 deles não demonstraram qualquer posicionamento, enquanto 36 preferiram não responder, ou seja, não temos a real colocação de 137 deputados. Esses números somados aos deputados que se declararam a favor de novas medidas são bem maiores do que os deputados contra novas medidas de restrição.

Além disso, fizemos uma busca por marcas do discurso relatado presentes no texto, ao final, assim como no texto anterior, encontramos diversas vozes que foram introduzidas no discurso. Essas vozes funcionam como um fundamento para a ideia central do texto, ou seja, a discussão sobre novas medidas de restrição. No texto, encontramos outros sujeitos, além daquele responsável pela produção do texto, destacamos “governo de Roraima”, “ministra Rosa Weber”, “presidente Michel Temer”, “governo” e “Jair Bolsonaro”. Apresentamos abaixo o levantamento em que relacionamos as vozes que são colocadas no texto, juntamente com os termos *dicendi* que introduzem suas falas.

Marca linguística	Ator
“pediu”	“governo de Roraima”
“negou”	“ministra Rosa Weber”
“afirmou”	“presidente Michel Temer”
“passou a distribuir”	“governo”
“afirmou”	“Jair Bolsonaro”
“ia propor”	“Jair Bolsonaro”

Tabela 3- Identificação das vozes reportadas e seus termos introdutórios

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/quase-metade-dos-deputados-eleitos-se-diz-contra-novas-medidas-para-restringir-entrada-de-refugiados.ghtml>

Nesse quadro, interessa observar que novamente certas vozes são mobilizadas no texto, na tentativa de conferir certa credibilidade ao texto. Dessa forma, o discurso midiático, na medida em que mobiliza o discurso relatado desses sujeitos e dialoga com inúmeros textos anteriores, busca conferir ao conteúdo central uma marca de autoridade sobre seu posicionamento, legitimando a construção de um sentido do refúgio ligado estritamente à questão econômica e promove um apagamento da sua dimensão humanitária.

7. Refletir, comentar, apontar... transformar?

Neste texto, resgatamos referências muito relevantes no campo dos estudos do discurso, com o intuito de analisar a conexão entre enunciado e contexto. Observando o discurso midiático, nos propomos a investigar a construção de sentidos em torno do refúgio.

A partir da análise dos sentidos em circulação em notícias sobre o atual fluxo de refugiados, foi possível constatar a presença do discurso relatado como uma maneira de evocar posicionamentos que favorecem uma visão econômica e restritiva, apagando a complexidade que tal questão nos impõe, especialmente no que se refere à dimensão humanitária do refúgio.

Como consequência, são validados discursos que perpetuam tensões, assim como dicotomias que têm implicações negativas no processo de acolhimento, como, por exemplo, o contraste entre “nacional e “estrangeiro” mencionado em uma das notícias analisadas. Assim, percebemos que todas essas questões apresentam seus efeitos no processo de acolhimento e nos mostram que são muitos os desafios ainda presentes no processo de integração de refugiados no país.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL, *Lei nº 9.474, 22 de Julho de 2007*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 20 fev. 2018.

DEUSDARÁ, Bruno; ARANTES, Poliana Coeli Costa. Sentidos do refúgio em documentos oficiais. *L&S Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 20, p. 52-73, 2019.

_____; ARANTES, Poliana Coeli Costa; BRENNER, Ana Karina. “É um problema de todo mundo”: conceitos, métodos e práticas no ensino de português para refugiados. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 3226-3240, out. 2018.

_____.; ROCHA, Décio. O que entendemos por 'trabalhar em Análise do Discurso'?. In: _____.; ROCHA, Décio.; RODRIGUES, Isabel Cristina; PESSOA, M.; ARANTES, Poliana Coeli Costa. (Org.). *Em discurso: cenas possíveis*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cartolina, 2018, v. 1, p. 11-28.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

RODRIGUES, Bruno Rêgo Deusdará. O Que Torna Possível uma Abordagem Pragmático-Enunciativa de Discursos? *Rev. FSA*, Teresina, v.16, n. 6, art. 1, p. 227-245, nov./dez. 2019.

Enviado em: 21 de maio de 2020.

Aceito em: 10 de junho de 2020.